

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 1 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E SEIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS

-----Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, pelas vinte horas, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. Procedimento concursal para efeito de recrutamento e seleção, tendo em vista o provimento de um assistente operacional (motorista de transporte coletivo de crianças) afeto à área da educação, com relação jurídica de emprego público a termo certo, por tempo determinado; -----

-----2. Autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos; -----

-----3. Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31-12-2015; -----

-----4. Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31-12-2015; -----

-----5. Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31-12-2015; -----

-----6. Amortização antecipada de empréstimo de médio e longo prazo decorrente da comunicação da autoridade tributária e em cumprimento do disposto no artigo 98.º da lei do orçamento do estado para o ano 2015; -----

-----7. Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, do ano de 2015; -----

-----8. **PROCESSO N.º 23/2015 – REQUERENTE – Empresa Juvipor – Agricultura e Pecuária, Lda.**, requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, na regularização da atividade pecuária (suinicultura), sita em Casais do Chão, freguesia de Serro Ventoso; -----

-----9. **PROCESSO N.º 24/2015 – REQUERENTE – Empresa Juvipor – Agricultura e Pecuária, Lda.**, requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, na regularização da atividade pecuária (suinicultura), sita em Corredoura, freguesia de Porto de Mós – São João Baptista e São Pedro; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----10. **PROCESSO N.º 06/25/2015 – REQUERENTE – M. Anastácio, Lda.**, requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, para Ampliação da Pedreira, “Cabeça Gorda n.º 7”, sita em Codaçal, freguesia de Serro Ventoso, concelho de Porto de Mós; -----

-----11. **PROCESSO N.º 06/26/2015 – REQUERENTE – J.C.S. – Olaria de Louças Regionais e Decorativas, Lda.** – requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, para Regularização e Ampliação de uma Unidade Industrial, sita em Moitalina, freguesia de Pedreiras, concelho de Porto de Mós; -----

-----12. **PROCESSO N.º 06/30/2015 – REQUERENTE – CALSAL, Lda.** – requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, para Ampliação da Pedreira, sita em Cabeça Gorda, freguesia de Serro Ventoso, concelho de Porto de Mós; -----

-----13. **PROCESSO N.º 06/31/2015 – REQUERENTE – José Leirião Carreira** – requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, para Regularização de uma atividade de Pecuária (vacaria), sita em Alveijares – Ribeira de Cima, freguesia de Porto de Mós – São João Batista e São Pedro, concelho de Porto de Mós; -----

-----14. **PROCESSO N.º 06/32/2015 – REQUERENTE – José Leirião Carreira** – requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, para Regularização de uma atividade de Bovinicultura, sita em Figueiredo – Ribeira de Cima, freguesia de Porto de Mós – São João Batista e São Pedro, concelho de Porto de Mós; -----

-----15. **PROCESSO N.º 06/34/2015 – REQUERENTE – MÁRMORES GARCOGEL, Lda.**– requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, para Ampliação de duas Pedreiras “Cabeço Vedeiro” e “Cabeço Gordo n.º 2”, sitas em Codaçal, freguesia de Serro Ventoso, concelho de Porto de Mós; -----

-----16. **PROCESSO N.º 06/35/2015 – REQUERENTE – MÁRMORES FERRAR, Lda.** – requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, para junção de duas Pedreiras, “Poço” e “Espinheiro”, sitas em Espinheiro, freguesia de S. Bento, concelho de Porto de Mós; -----

-----17. **PROCESSO N.º 06/33/2015 – REQUERENTE - EMPRESA PRAGOSA INDUSTRIA EXTRATIVA, S.A.** – Requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, da Pedreira n.º 5553, denominada “Salgueira n.º 12”, sita em Arrimal, concelho de Porto de Mós; -----

-----18. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Setembro.-----

-----1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:-----

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP – falta justificada).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Anabela Martins, Rui Fernando Correia Marto, Rita Cerejo, António José Jesus Ferreira e Nélia Maria da Piedade Nogueira.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, depois de declarar abertos os trabalhos da presente sessão, deu conhecimento ao plenário de que o membro desta, eleito pelo Partido Socialista, António Manuel Ferreira de Almeida, pediu a suspensão do mandato por um período mínimo de sessenta dias, passando a ler o documento enviado pelo signatário acima identificado, sendo substituído nos termos da lei e do regimento pelo membro seguinte na respetiva lista: António Manuel Amado Narciso, portador do CC 04471958 0 ZZ4, e do NIF 183 900 626. Informou depois que António José Menezes Teixeira, também eleito pelo Partido Socialista para esta Assembleia Municipal, pediu a renúncia ao mandato, passando a ler o documento que o mesmo enviou a esta Assembleia, e que a seguir se transcreve:-----

-----“ Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Porto de Mós-----

-----Venho por este meio, apresentar a minha renúncia de membro da Assembleia Municipal de Porto de Mós, para o qual fui eleito nas listas do Partido Socialista em 29 de setembro de 2013.-----

-----Dado que os normais trabalhos da Assembleia Municipal não se coadunam de modo algum com o meu estado de saúde, cada vez mais debilitado.-----

-----Quero também agradecer este tempo de trabalho político, dedicado e o tratamento que sempre tive, crítico, construtivo e acima de tudo leal, que recebi de toda a Assembleia Municipal na pessoa de Vossa Excelência, Senhor Presidente, Dr. Rui Neves.-----

-----Foi de facto um privilégio raro trabalhar com uma equipa política deste gabarito; bem hajam a todos.-----

-----Aproveito ainda, se me é permitido, desejar a todos os colegas, membros desta Assembleia Municipal, votos de muito bom trabalho político em prole do nosso Concelho e das gentes portomosenses.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Com os meus melhores cumprimentos, institucionais e também pessoais.-----

-----Paços do Concelho de Porto de Mós, 1 de fevereiro de 2016. (António José Meneses Teixeira).-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a dizer que este deputado seria substituído pelo seguinte na lista de eleitos do Partido Socialista, chamando a assumir o lugar, de pleno direito, Patrícia Isabel Zeferino Madeira, portadora do CC 10844756 1 ZZ7, e do NIF 212 758 187.-----

-----Acrescentou ainda, que em virtude de António José Menezes Teixeira ser o líder do Grupo Municipal do PS, chegou à mesa um documento subscrito por António Pereira Carvalho, do seguinte teor:-----

-----“ Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Porto de Mós-----

-----António Pereira Carvalho, residente em Rua dos Vales, nº 5 – Alqueidão da Serra, membro da Assembleia Municipal de Porto de Mós, eleito na lista do Partido Socialista (PS) vem por este meio informar V. Ex^ª. que na sequência da renúncia ao cargo de membro desta Assembleia por parte do Dr. António José de Menezes Teixeira, assume o cargo de líder de bancada do Partido Socialista comprometendo-se, desde já, a colaborar em tudo o que lhe for solicitado.-----

-----Porto de Mós, 26 de fevereiro de 2016.(assinatura)-----

-----Continuou dizendo que, quanto à Ordem de Trabalhos existe mais um processo a pedir o reconhecimento de interesse público municipal, por parte de **Fernando António da Conceição Caetano**, para regularização de uma atividade de pecuária (bovinicultura), sita em Vale Florido, freguesia de S. Bento, concelho de Porto de Mós, sendo necessário, para que o mesmo possa ser aditado à ordem de trabalhos, ser posta à consideração da Assembleia Municipal essa situação. Seguidamente, foi posta a votação a inclusão deste assunto na ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**, e passando assim a constituir o ponto 18 da ordem do dia **“PROCESSO N.º 36/2015 – REQUERENTE – Fernando António da Conceição Caetano – Requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, para regularização de uma atividade de pecuária (bovinicultura), sita em Vale Florido, freguesia de S. Bento, concelho de Porto de Mós, passando a constituir o ponto 19 “Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro “.**-----

-----**2. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a perguntar à Assembleia Municipal se alguém queria fazer algum reparo à ata da anterior sessão ordinária. Não havendo qualquer reparo a fazer, passou então o senhor Presidente da Assembleia a pôr a votação a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

referida ata, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----3. LEITURA DO EXPEDIENTE:-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez depois referência à correspondência recebida nos respetivos serviços desde a realização da última sessão desta Assembleia, ficando a mesma disponível para consulta de quem assim o pretenda.-----

-----4. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----Entrando no período de antes da ordem do dia o senhor Presidente da Assembleia passou a referir que estavam abertas as inscrições para quem quisesse intervir.-----

-----**Telma Cristina Rodrigues da Cruz (PSD):**-----

-----Começou a sua intervenção referindo-se ao Centro de Saúde de Mira de Aire, considerando-a uma situação bastante problemática e salientando que neste momento imensas pessoas se encontram sem médico de família, questionando qual o ponto de situação e quais as medidas tomadas para a solucionar no menor espaço de tempo possível, de forma a satisfazer as necessidades da população. Disse depois que gostaria de comunicar a esta Assembleia que nos passados dias 22 e 23 de fevereiro decorreram as sessões distritais do Parlamento dos Jovens do ensino secundário e do ensino básico. Contaram com a participação de 23 e 26 escolas do distrito, respetivamente. Os alunos do Agrupamento consagraram-se vencedores em ambas as sessões. Na sessão do ensino básico venceram os alunos da escola de Mira de Aire e no ensino secundário os alunos da escola secundária de Porto de Mós, congratulando-se com esse facto enquanto professora e membro da direção do Agrupamento, e ainda como membro da Assembleia Municipal, por serem os jovens do concelho a representar o distrito de Leiria nas sessões nacionais na Assembleia da República. É sinal que os jovens estão atentos ao mundo que os rodeia, é um sinal da sua participação cívica e política, é um sinal do envolvimento da escola nestes projetos e é um sinal de que as medidas que foram propostas têm impacto, de tal forma são relevantes que merecem ser apresentadas e debatidas a nível nacional.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Enalteceu o trabalho desenvolvido pela Câmara na execução da estrada que liga a Pia Carneira à Lomba da Curraleira, bem como o facto de se ter levado o abastecimento de água ao lugar de Covões Largos, na freguesia de S. Bento. Reclamou depois o arranjo da estrada que liga a Pia Carneira aos Penedos Belos, entre outras.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Depois de cumprimentar os presentes referiu-se a uma proposta que apresentou durante o ultimo mandato, acerca do valor patrimonial dos imóveis e que foi chumbada nesta assembleia. A mesma proposta foi por si levada, juntamente com António José Teixeira, Olga Silvestre e António Pereira Carvalho, à Comunidade Intermunicipal, tendo aí sido aprovada por unanimidade. Passado este tempo, se se analisarem os índices de localização dos imóveis do concelho, verifica-se que houve uma redução substancial, congratulando-se com esse facto. Disse ainda que essa redução só acontece, se se pedir a reavaliação dos imóveis, devendo isso ser publicitado. Concluiu dizendo que nesta Assembleia havendo partidos diferentes é natural que se tenham opiniões políticas diferentes, mas quando está em causa o interesse das populações, como é o caso, tem alguma dificuldade em perceber o porquê dessa divergência atendendo a que todos estão aqui para defender os direitos de quem os elegeu.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Usando da palavra referiu que queria dar os parabéns à Câmara e à Junta de Freguesia do Juncal pela execução da rotunda do Juncal. Perguntou depois sobre a situação de um muro no lugar de Andam e qual a posição da Câmara sobre este problema.-----

-----**Benvinda da Silva Cláudio Januário (PSD – Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alcaria e Alvados):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes disse que iria decorrer em Alcaria na base dos GIP's nas próximas duas semanas, uma formação para 20 elementos recrutados em todo o país, com vista à aprendizagem da condução de drones e pequenas avionetas, destinados à prevenção para a próxima época de fogos.-----

-----Referiu depois que iria também decorrer em Alcaria a 6ª edição dos Sabores da Caça, a 12 e 13 de março, convidando todos os presentes para participarem nas diversas atividades. Perguntou depois se existe algum regulamento sobre a publicidade a colocar nos painéis eletrónicos que existem na vila de Porto de Mós, questionando se os mesmos não podem ser utilizados pelas várias freguesias para divulgarem aquilo que cada uma faz, porque lhe foi dito que esses painéis estavam destinados a divulgarem exclusivamente atividades camarárias, perguntando se assim era de facto.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usando da palavra, e depois de cumprimentar todos os presentes, disse que a sua intervenção vinha a propósito do pedido de suspensão do mandato pelo membro eleito pelo Partido Socialista para esta Assembleia Municipal, António Manuel Ferreira de Almeida, pelo período mínimo de trinta dias. "Prevê o artigo 77º do Lei 75/2013 que o pedido de suspensão devidamente fundamentado, é apreciado pelo plenário do órgão na reunião imediata à sua apresentação,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

neste caso, pela Assembleia Municipal. Também é prática corrente desta Assembleia Municipal, não realizar a apreciação da suspensão quando é pedida, e não é isso que se pretende. No entanto, não somos alheios às notícias negativas publicadas em vários meios de comunicação social, que nos escusamos sequer a comentar, pois citando o agora 1º Ministro "à justiça o que é da justiça e à política o que é da política", até porque qualquer arguido é presumivelmente inocente até que seja condenado por sentença transitada em julgado. Assim e pelo facto das medidas de coação que lhe foram impostas serem as mais gravosas e atenta a natureza dos indícios que lhe são imputados, parece-nos que o período de suspensão fica aquém do eticamente correto. Mas o que realmente importa é que o deputado António Almeida, é representante eleito por esta Assembleia Municipal, no dia 17 de abril de 2015, para representar o Município no Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde. Ora, em face das notícias e dos factos, não é, nem eticamente nem politicamente correto continuar a exercer essa função, e deve por isso, demitir-se ou ser convidado a fazê-lo. Deve, em sua substituição, ser indicada a deputada Cristiana Ferreira do Rosário, que ficou em segundo lugar na votação. Em jeito de desabafo, quero dizer que num passado recente foi apontado o dedo a alguém que todos conhecemos. Às vezes é muito prático apontar os defeitos dos outros, focar os erros dos outros, divulgar os equívocos dos outros, só que cada vez que se aponta um dedo, temos três voltados para nós. Por isso, antes de se apontar o dedo, devemos avaliar os nossos erros e olharmo-nos ao espelho. Devemos também aprender com as falhas e por isso de futuro, quando surgir uma história será bom usarmos o crivo das três peneiras de Sócrates, o filósofo, e antes de divulgar ou comentar é bom apurar se a história é verdadeira, se é boa e se é necessária, pois se não for, é melhor esquecer e não falar dela."-----

-----O senhor Presidente da Assembleia perguntou depois a Olga Silvestre se ela pretendia fazer um reparo, um pedido à Assembleia ou um pedido à Mesa. Esta respondeu que a sua intervenção vai essencialmente no sentido de o referido deputado ter sido eleito nesta Assembleia para representar o Município junto da ACES e assim sendo, ele devia pedir a demissão ou ser demitido.----

-----O senhor Presidente da Assembleia, disse acreditar que esteja preocupada com a reunião da ACES onde o senhor deputado António Almeida devia estar presente. Mas o que lhe causa alguma estranheza é a senhora deputada fazer alguma avaliação da situação que o senhor deputado tem perante a lei, achando ser esse um julgamento apressado.-----

-----**Olga Silvestre** disse que não estava a apontar o dedo a ninguém, estando sim a fazer um pedido à Assembleia que esta deferirá ou não.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra respondendo a Telma Cruz, sobre a situação da saúde em Mira de Aire. Disse que teve uma reunião com a Dr.ª

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Isabel Poças, coordenadora distrital, manifestando-lhe a sua preocupação com a falta de médicos em Mira de Aire. Disse ainda que aquela fez grandes esforços no sentido de minimizar o problema colocando ali uma médica. Por razões que desconhece, e tendo havido um concurso, ao qual aquela profissional de saúde concorreu, foi a mesma colocada noutra lado. Posteriormente, já houve contactos com a Dr.ª Isabel Poças e o Agrupamento de Centros de Saúde de Leiria, estando a envidar todos os esforços no sentido de ali colocar um médico.-----

-----Congratulou-se, em nome de todo o executivo, pelos resultados obtidos com os alunos do concelho e principalmente pela participação cívica demonstrada.-----

-----A **António Ferraria** disse que o concelho tem umas largas centenas de quilómetros, concordando que a estrada que referiu, de Penedos Belos para a Pia Carneira e para a Paiã, não está nas melhores condições. Disse ainda que tem uma reunião agendada com o senhor Presidente da Junta para analisar algumas situações complicadas que existem, no que diz respeito aos asphaltamentos. Acrescentou ainda que a sua maior preocupação enquanto Presidente da Câmara, relativamente àqueles lugares não é o asphaltamento mas sim levar a água àquelas populações da Paiã e da Pia Carneira. Quanto à estrada da Bezerra, disse que está prevista a construção de baias na zona onde ocorreu o acidente.-----

-----A **António Pires** disse que não o iria desmentir nem tecer considerações. Na questão da proposta das avaliações, o zonamento está sujeito a regras. Disse ainda que houve empenhamento do executivo e da Assembleia Municipal, na sua pessoa, mas isso é uma conquista coletiva que deve ser partilhada por todos.-----

-----A **Joaquim Santiago** agradeceu as suas palavras dizendo relativamente à nova rotunda do Juncal, que isso é o exemplo de uma excelente parceria entre a Junta de Freguesia do Juncal e a Câmara Municipal. Passou depois a referir-se ao muro sito na Rua do Forno, em Andam, dizendo tratar-se de uma situação muito complicada, dado que o maior problema não é a parte que caiu, mas o que pode vir a cair atendendo à instabilidade do terreno.-----

-----Referindo-se depois às palavras de **Benvinda Januário**, disse que a mesma deu aqui conhecimento à Assembleia da formação que os GIP's vão ter com os drones. Enalteceu o trabalho que os GIP's tem vindo a desenvolver no concelho de Porto de Mós e não só, orgulhando-se de este concelho e o de Alcanena terem sido pioneiros no trabalho desenvolvido pelos GIP's de Alcaria e dizendo que a única coisa de que tem pena é de não ter ainda conseguido ter um helicóptero na pista de Alcaria, não tendo no entanto ainda desistido.-----

-----No que se refere aos painéis eletrónicos, disse que existe um regulamento, estando à

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disposição das Juntas de Freguesia e coletividades que façam chegar à Câmara as suas propostas que serão analisadas caso a caso.

-----Em relação à intervenção de Olga Silvestre, disse que faz suas as palavras do senhor Primeiro Ministro " *à justiça o que é da justiça*".

-----**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Havendo público presente, o senhor Presidente da Assembleia passou a perguntar se alguém queria intervir não havendo qualquer pedido de intervenção.

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**1. Procedimento concursal para efeito de recrutamento e seleção, tendo em vista o provimento de um assistente operacional (motorista de transporte coletivo de crianças) afeto à área da educação, com relação jurídica de emprego público a termo certo, por tempo determinado:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a referir que este procedimento se deve ao facto de um dos motoristas afeto a este serviço se ter aposentando, tendo-se criado a necessidade de prover esse lugar que ficou em aberto.

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que o mapa de pessoal contempla este lugar e que este vagou porque o funcionário se aposentou, ou seja, se existe o lugar no mapa de pessoal e se ele vagou por aposentação, isso por si só não é razão para se fazer a contratação, tendo mesmo que passar pela Assembleia Municipal?

-----O senhor Presidente da Câmara passou a explicar da necessidade da abertura de novo procedimento concursal face às imposições da lei.

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos colocado a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

-----**2. Autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, passou a referir que, como a própria lei indica, se tem que dar aqui conhecimento à Assembleia dos encargos que as obras plurianuais representam no presente ano, não carecendo este ponto de votação.

-----**3. Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31-12-2015:**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra que a documentação recebida por todos os membros da Assembleia Municipal é esclarecedora, sendo este ponto apenas para conhecimento, e disponibilizando-se para responder a eventuais dúvidas.-----

-----**4. Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31-12-2015;**-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que este ponto é igualmente para conhecimento da Assembleia Municipal, salientando quantos municípios deste país, gostariam de estar nas condições do Município de Porto de Mós do ponto de vista financeiro.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que gostaria de se congratular sobre a posição da Câmara neste aspeto.-----

-----**5. Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31-12-2015:**-----

----- O senhor Presidente da Câmara referiu que este ponto é igualmente para conhecimento da Assembleia Municipal, dispensando-se de tecer mais comentários atendendo à documentação atempadamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal.-----

-----**6. Amortização antecipada de empréstimo de médio e longo prazo decorrente da comunicação da autoridade tributária e em cumprimento do disposto no artigo 98.º da lei do orçamento do estado para o ano 2015;**-----

-----O senhor Vice-Presidente passou a dar algumas explicações sobre o assunto em discussão dizendo que por entendimento da DGAL teria que ser feita uma das três opções possíveis relativamente ao acréscimo de receita do IMI, decorrente das avaliações feitas. Ou se comprava dívida pública, ou se faziam pagamentos antecipados em empréstimos de médio e longo prazo, ou então pagavam-se dívidas, se as houvesse, para além daqueles prazos que estão estipulados, dívidas em mora ou em atraso. Como dívidas em atraso não existem e a compra de dívida pública nesta altura pareceu desaconselhável, optou-se pela amortização de empréstimos de médio e longo prazo. Acrescentou ainda que se trata de duas amortizações, sendo uma, uma amortização total, tendo este empréstimo ficado totalmente pago e a outra uma amortização parcial. -----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Relativamente às três possibilidades para se fazer a aplicação deste dinheiro, concordou com a opção da Câmara na redução do endividamento.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**7. Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, do ano de 2015;**-----

-----Passou a usar da palavra a senhora Vereadora Rita Cerejo referindo que o presente ponto se destina a dar conhecimento à Assembleia Municipal do Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do ano de 2015, dando conta da razão de ser do atraso no envio do relatório supra.-----

-----Referiu depois o aumento de processos verificado na CPCJ de Porto de Mós, a partir do momento em que passou a ser comunicada à Comissão o absentismo escolar, que anteriormente apenas o era quando havia abandono. Por outro lado, disse que mudaram também o tipo de problemáticas existentes. Anteriormente, disse, havia as problemáticas associadas a crianças mais pequenas, normalmente motivadas por comportamentos de familiares. Hoje em dia há um maior número de incidências na adolescência e jovens já a caminhar para a maioridade, por comportamentos dos próprios jovens.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Disse que todos os dias se vêem na comunicação social situações que envergonham a todos questionando se amanhã à nossa porta não pode haver situações dessas. Perguntou se é possível que as pessoas que fazem parte da CPCJ tenham a sensibilidade ou se conseguem ter a perceção de que pode surgir uma situação destas. Porque o que se vê na comunicação social é que as situações acontecem e depois a culpa morre solteira.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Disse ser preocupante o exponencial crescimento dos casos de crianças e jovens em risco e de uma forma geral gostaria que identificasse quais as causas que levaram a isso e se existem medidas que permitam inverter essa tendência. Disse ainda que, e citando a senhora vereadora Rita Cerejo, felizmente só há duas situações de crianças vítimas de violência. A senhora Vereadora disse que não foram essas as suas palavras mas sim que apenas houve duas crianças que foram objeto de retirada urgente. Olga Silvestre referiu que terá entendido mal, e colocou a questão de saber se estão sinalizadas algumas situações de crianças vítimas de violência doméstica e se assim for, se há uma atitude junto da família que acompanha essa criança.-----

-----A senhora Vereadora Rita Cerejo, passou a responder aos dois anteriores intervenientes e começando por Olga Silvestre disse que, apesar de não ter bem presente, atendendo a que não tem consigo os processos neste momento, apenas existe uma ou duas sinalizações por maus tratos à criança. Nas questões de violência doméstica a criança está exposta à situação mas a violência ocorre entre os progenitores. A causa do aumento do volume processual tem a ver com o que já

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

referiu, e que é o facto de existirem situações agora que anteriormente não eram comunicadas à CPCJ e que passaram a ser, o que só por si significou um aumento de 50%. Houve depois também uma diminuição das problemáticas nas crianças mais pequenas e um aumento nos jovens, que tem a ver com os comportamentos, com os consumos de estupefacientes, alguns já em início de tráfico, e também de bebidas alcoólicas. Em termos de prevenção, a Comissão e o Município estão associados a diversas entidades tais como o Agrupamento de Escolas, Instituto Educativo de Juncal, Saúde, GNR, o antigo CAT de Leiria, com o projeto Like Saúde, que trata da prevenção, da sensibilização, da informação, não só dos jovens, como de todas as pessoas que lidam com eles. Serão realizadas ações de sensibilização e informação a todos os agentes que serão alargadas também a Associações Desportivas e Culturais que trabalham com crianças e jovens porque são também agentes facilitadores desta informação. Quanto às situações que se ouvem na comunicação social, é complicado saber se situações similares irão ocorrer no nosso quotidiano porque não se sabe o que vai na cabeça das pessoas e nem sempre elas evidenciam isso. É certo que há muitas situações em que se percebe que ali há perigo de acontecer algo que não se consiga controlar e nessas alturas tomam-se as medidas adequadas, nomeadamente trabalhando com os pais, pois em algumas circunstâncias apenas ajudando os pais se podem ajudar as crianças. Realçou ainda que a intervenção da Comissão junto das famílias carece do acordo daquelas e também do seu acordo relativamente às medidas tomadas. A partir do momento em que a família não dá o acordo, tudo se torna mais difícil, havendo casos que tiveram de ser remetidos ao Ministério Público. Referiu ainda que é preciso que as pessoas tenham a noção de que a intervenção da Comissão tem muitas limitações. Por um lado há situações que não são veiculadas e que a Comissão tenta saber com os parceiros de primeira linha que tiveram oportunidade de lidar com a situação, através da Saúde ou da Escola, mas não podem ir muito além disso porque existem parâmetros de atuação. É muito difícil prever uma situação dessas e é muito complicado estar a atribuir responsabilidades, como a comunicação social gosta muito de fazer.-----

-----**8. PROCESSO N.º 23/2015 – REQUERENTE – Empresa Juvipor – Agricultura e Pecuária, Lda., requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, na regularização da atividade pecuária (suinicultura), sita em Casais do Chão, freguesia de Serro Ventoso;**-----

-----O senhor Vice Presidente da Câmara disse que sobre este ponto e seguintes, iria falar em conjunto, uma vez que a razão do pedido aqui efetuado pelas empresas se prende com o mesmo motivo: a regularização da atividade desenvolvida por cada um, possibilidade que a lei lhes confere.-----

-----Teceu depois algumas considerações sobre os critérios adotados pela Câmara, deles dando conhecimento à Assembleia, de forma que todos os seus membros estivessem de posse de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

elementos que lhes permitissem decidir.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que inicialmente estava para votar contra todos estes pedidos com exceção da J.C.S. – Olaria de Louças Regionais e Decorativas, Lda., dado que tem sede no concelho, mas se a Câmara votou favoravelmente, conceder-lhe-á o benefício da dúvida e votará a favor.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usou da palavra começando por dizer que estes comentários se aplicam a todos os outros pontos que irão estar em discussão. Disse que no passado sempre colocou algumas reservas acerca destas aprovações. Na última sessão da Assembleia Municipal, vieram vários destes pedidos para aprovação, dado que os requerimentos para estas regularizações terminavam a 31 de dezembro. Assim sendo, perguntou o porquê destes novos pedidos.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dar alguns esclarecimentos acerca das questões colocadas pelos anteriores intervenientes. Sobre a sede das empresas serem noutras concelhos que não o de Porto de Mós disse que não obstante esse facto, as empresas têm estabelecimentos neste concelho, e é isso que está em causa, criando aqui postos de trabalho e também aqui criando riqueza. O prazo de entrega dos documentos na Câmara Municipal terminou no dia 2 de janeiro de acordo com a lei, no entanto há processos que foram enviados para outras entidades antes deste período, mas que depois foram remetidos à Câmara depois deste prazo. Como os mesmos deram entrada nas outras entidades antes do dia 2 de janeiro, para todos os efeitos estão em condições para que seja emitida a declaração. Disse ainda que tem conhecimento de que a lei possa vir a ser prorrogada, ou melhor, que possa vir a ser concedido novo prazo para que novas empresas se possam vir a licenciar. Terminou dizendo que em Porto de Mós a grande maioria das empresas estão devidamente licenciadas para que possam laborar.-----

-----O senhor Vice Presidente acrescentou ainda que admite que existam algumas empresas por licenciar mas os processos que estão hoje em apreciação não voltam aqui, ficando arrumados.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**9. PROCESSO N.º 24/2015 – REQUERENTE – Empresa Juvipor – Agricultura e Pecuária, Lda., requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, na regularização da atividade pecuária (suinicultura), sita em Corredoura, freguesia de Porto de Mós – São João Baptista**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e São Pedro; -----

-----Não havendo pedidos de intervenção foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**10. PROCESSO N.º 06/25/2015 – REQUERENTE – M. Anastácio, Lda., requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, para Ampliação da Pedreira, “Cabeça Gorda n.º 7”, sita em Codaçal, freguesia de Serro Ventoso, concelho de Porto de Mós;**-----

-----Não havendo pedidos de intervenção foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**11. PROCESSO N.º 06/26/2015 – REQUERENTE – J.C.S. – Olaria de Louças Regionais e Decorativas, Lda. – requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, para Regularização e Ampliação de uma Unidade Industrial, sita em Moitalina, freguesia de Pedreiras, concelho de Porto de Mós;**-----

-----A segunda secretária da Mesa da Assembleia Municipal **Maria Lídia Vieira Santos Coelho Semião (PS)** não tomou parte da votação atendendo aos laços familiares que tem com a gerência da empresa, tendo-se ausentado da sala.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**12. PROCESSO N.º 06/30/2015 – REQUERENTE – CALSAL, Lda. – requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, para Ampliação da Pedreira, sita em Cabeça Gorda, freguesia de Serro Ventoso, concelho de Porto de Mós;**-----

-----Não havendo pedidos de intervenção foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**13. PROCESSO N.º 06/31/2015 – REQUERENTE – José Leirião Carreira – requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, para Regularização de uma atividade de Pecuária (vacaria), sita em Alveijares – Ribeira de Cima, freguesia de Porto de Mós – São João Batista e São Pedro, concelho de Porto de Mós;**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Não havendo pedidos de intervenção foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**14. PROCESSO N.º 06/32/2015 – REQUERENTE – José Leirião Carreira – requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, para Regularização de uma atividade de Bovinicultura, sita em Figueiredo – Ribeira de Cima, freguesia de Porto de Mós – São João Batista e São Pedro, concelho de Porto de Mós;**-----

-----Não havendo pedidos de intervenção foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**15. PROCESSO N.º 06/34/2015 – REQUERENTE – MÁRMORES GARCOGEL, Lda.– requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, para Ampliação de duas Pedreiras “Cabeço Vedeiro” e “Cabeço Gordo n.º 2”, sitas em Codaçal, freguesia de Serro Ventoso, concelho de Porto de Mós;**-----

-----Não havendo pedidos de intervenção foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**16. PROCESSO N.º 06/35/2015 – REQUERENTE – MÁRMORES FERRAR, Lda. – requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, para junção de duas Pedreiras, “Poço” e “Espinheiro”, sitas em Espinheiro, freguesia de S. Bento, concelho de Porto de Mós;**-----

-----Não havendo pedidos de intervenção foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**17. PROCESSO N.º 06/33/2015 – REQUERENTE - EMPRESA PRAGOSA INDUSTRIA EXTRATIVA, S.A. – Requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, da Pedreira n.º 5553, denominada “Salgueira n.º 12”, sita em Arrimal, concelho de Porto de Mós;**-----

-----**António Pereira Carvalho (PS)** usou a palavra para pedir que em processos semelhantes gostaria que fosse enviado o balanço das empresas porque isso pode dar uma leitura muito mais completa da situação.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**18. PROCESSO N.º 36/2015 – REQUERENTE – Fernando António da Conceição Caetano – Requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, para regularização de uma atividade de pecuária (bovinicultura), sita em Vale Florido, freguesia de S. Bento, concelho de Porto de Mós;**-----

-----Não havendo pedidos de intervenção foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**19. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara prescindiu de ler o documento enviado a todos os deputados municipais atempadamente, dando conta da atividade do município no período compreendido entre a última sessão da Assembleia e esta mesma, manifestando a sua disponibilidade para prestar qualquer informação tida por conveniente. Não obstante, disse querer dar relevo a alguns assuntos nomeadamente quanto aos projetos e obras que têm vindo a ser desenvolvidos, destacando que a remodelação da Central Termoeletrica se encontra já a concurso. Salientou ainda o bom andamento das obras do Centro Escolar de Porto de Mós e da requalificação do Quartel da GNR de Porto de Mós. Disse ainda querer destacar uma obra, no âmbito do abastecimento de água, que não tendo grande visibilidade, é de importância estrutural para o concelho de Porto de Mós, e que tem a ver com a ligação definitiva do sistema da EPAL ao resto do concelho, através do Livramento.-----

-----No que diz respeito ao urbanismo, salientou que finalmente foi publicada a Carta da REN para o concelho, possibilitando a resolução de uma série de situações pendentes.-----

-----Deu ainda conhecimento que neste momento está a decorrer uma inspeção de rotina no Município de Porto de Mós, na área do urbanismo, considerando que estas inspeções são sempre bem-vindas tendo em conta o caráter didático de que as mesmas normalmente se revestem.-----

-----Quanto aos eventos municipais, destacou o Campeonato Nacional de Marcha que promoveu Porto de Mós e que foi um evento de grande dignidade.-----

-----Disse depois que hoje teve uma reunião com o dono do hotel de Porto de Mós, que continua a manifestar-se empenhadíssimo na construção do mesmo, tendo desistido da construção do piso a que se havia proposto por dificuldades que se prendem com os índices de implantação. Concluiu dizendo achar que dentro de pouco tempo pode ser uma realidade o reiniciar das obras.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Continuou dizendo que queria dar conhecimento à Assembleia Municipal de que assumiu funções na Comissão de Avaliações na Caixa de Crédito Agrícola Mutuo de Porto de Mós, que de acordo com a lei não existe incompatibilidade, tendo pedido pareceres que apontam nesse sentido, sendo ainda que se trata de um cargo não remunerado.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Disse que uma das questões que queria colocar mas que já foi respondida na intervenção do senhor Presidente da Câmara era acerca do retomar da construção do hotel.-----

-----Disse que o Município tem colaborado muito com a GNR do concelho de Porto de Mós, nomeadamente com a requalificação dos respetivos Postos. Acontece que, pela informação que vem nos jornais nacionais, vai haver um corte, que se prevê ser de cerca de 50% no abastecimento de combustível para as forças policiais, significando que os patrulhamentos terão que diminuir. Sendo este concelho muito grande, se efetivamente isto vier a acontecer, provavelmente haverá muitas partes do concelho que deixarão de ser visitadas pelas forças de segurança. Perguntou ainda da possibilidade de a Câmara colaborar com esse abastecimento, no que se refere às forças policiais do concelho, para que as populações não fiquem sem patrulhamento, embora não seja da sua responsabilidade.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Passou a referir-se às palavras do senhor Presidente da Câmara quando este fez menção a comentários indelicados, dizendo que esses comentários, sendo indelicados ou não, desde que daí resultem benefícios para as populações, são sempre válidos. Disse ainda que, com isso não se sente minimamente envergonhado.-----

-----Sobre a informação que o senhor Presidente da Câmara deu, acerca de fazer parte da Comissão de Avaliações da Caixa de Crédito Agrícola Mutuo de Porto de Mós, disse que é uma atividade, que por indicações do Banco de Portugal, as administrações das Caixas de Crédito Agrícola têm de ser avaliadas por pessoas idóneas do concelho corroborando o que acabou de informar.-----

-----Terminou perguntando em que ponto está a situação da rotunda do IC2.-----

-----**António Rogério de Oliveira Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras – Independentes por Pedreiras):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usou da palavra para anunciar que a freguesia de Pedreiras com o apoio das Associações, realizará dia 9 e 10 as Tasquinhas que incluem uma prova cega de vinhos e também uma prova cega de azeites, aproveitando para convidar todos os presentes para esse evento.-----

-----Disse depois que, tendo sido eleito representante das freguesias do concelho junto da Comissão de Proteção Florestal, quer manifestar o seu desagrado pela atividade dos madeireiros e pelos estragos que estes provocam. Tendo que andar em permanente vigilância, corre-se o risco de se ser maltratado, pelo menos verbalmente. Disse ainda que deveria haver uma lei que obrigasse a que os madeireiros dessem conhecimento nas Juntas de Freguesia dos abates que iriam fazer, responsabilizando-se ao mesmo tempo pela reposição dos caminhos.-----

-----Disse depois que queria deixar um alerta, porque se diz que andam por ai uns comerciantes sem coleta a serem intermediários na comercialização desse tipo de madeiras de abate.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer a **Luís Almeida**, relativamente ao corte dos abastecimentos das forças policiais, que a informação que tem, é de que esse corte tem a ver apenas com a PSP e o objetivo é obrigar a que haja uma maior proximidade na atuação da PSP, dado que eles atuam principalmente em zonas urbanas.-----

-----A **António Pires**, disse que os comentários surgidos não envergonham ninguém e muito menos a ele, apenas tendo havido manifestações de opinião contrárias, o que em democracia é normal e salutar.-----

-----Quanto à questão da rotunda do IC2, disse que teve uma reunião sobre esta questão, tendo ficado acordado entre as Estradas de Portugal e a Câmara Municipal de Porto de Mós, que esta suportaria 50% do custo daquela obra, até ao máximo de cento e cinquenta mil euros. A Câmara Municipal tem ainda de disponibilizar o terreno necessário para esse efeito, o que não é difícil, uma vez que o projeto está feito, e apenas se necessita de um pequeno recorte num terreno contíguo. O compromisso que existe por parte das Estradas de Portugal é que este ano a obra seria executada.-----

-----A **António Rogério Vieira** disse que compreende a sua preocupação, e que as freguesias de Pedreiras, Juncal e Calvaria de Cima, são talvez as mais fustigadas neste aspeto dada a sua densidade florestal. Disse ainda que efetivamente os madeireiros não têm respeito e consideração por ninguém. Disse ainda que mais grave são os roubos de madeiras, sendo uma situação preocupante que tende a aumentar.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações tomadas nos seguintes pontos: 1. Procedimento concursal para efeito de recrutamento e seleção, tendo em vista o provimento de um assistente operacional (motorista de transporte coletivo de crianças) afeto à área da educação, com relação jurídica de emprego público a termo certo, por tempo determinado; 8. **PROCESSO N.º 23/2015 – REQUERENTE – Empresa Juvipor – Agricultura e Pecuária, Lda.**, requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, na regularização da atividade pecuária (suinicultura), sita em Casais do Chão, freguesia de Serro Ventoso; 9. **PROCESSO N.º 24/2015 – REQUERENTE – Empresa Juvipor – Agricultura e Pecuária, Lda.**, requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, na regularização da atividade pecuária (suinicultura), sita em Corredoura, freguesia de Porto de Mós – São João Baptista e São Pedro; 10. **PROCESSO N.º 06/25/2015 – REQUERENTE – M. Anastácio, Lda.**, requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, para Ampliação da Pedreira, “Cabeça Gorda n.º 7”, sita em Codaçal, freguesia de Serro Ventoso, concelho de Porto de Mós; 11. **PROCESSO N.º 06/26/2015 – REQUERENTE – J.C.S. – Olaria de Louças Regionais e Decorativas, Lda.** – requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, para Regularização e Ampliação de uma Unidade Industrial, sita em Moitalina, freguesia de Pedreiras, concelho de Porto de Mós; 12. **PROCESSO N.º 06/30/2015 – REQUERENTE – CALSAL, Lda.** – requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, para Ampliação da Pedreira, sita em Cabeça Gorda, freguesia de Serro Ventoso, concelho de Porto de Mós; 13. **PROCESSO N.º 06/31/2015 – REQUERENTE – José Leirião Carreira** – requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, para Regularização de uma atividade de Pecuária (vacaria), sita em Alveijares – Ribeira de Cima, freguesia de Porto de Mós – São João Batista e São Pedro, concelho de Porto de Mós; 14. **PROCESSO N.º 06/32/2015 – REQUERENTE – José Leirião Carreira** – requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, para Regularização de uma atividade de Bovinicultura, sita em Figueiredo – Ribeira de Cima, freguesia de Porto de Mós – São João Batista e São Pedro, concelho de Porto de Mós; 15. **PROCESSO N.º 06/34/2015 – REQUERENTE – MÁRMORES GARCOGEL, Lda.**– requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, para Ampliação de duas Pedreiras “Cabeço Vedeiro” e “Cabeço Gordo n.º 2”, sitas em Codaçal, freguesia de Serro Ventoso, concelho de Porto de Mós; 16. **PROCESSO N.º 06/35/2015 – REQUERENTE – MÁRMORES FERRAR, Lda.** – requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, para junção de duas Pedreiras, “Poço” e “Espinheiro”, sitas em Espinheiro, freguesia de S. Bento, concelho de Porto de Mós; 17. **PROCESSO N.º 06/33/2015 – REQUERENTE – EMPRESA PRAGOSA INDUSTRIA EXTRATIVA, S.A.** – Requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, da Pedreira n.º 5553, denominada “Salgueira n.º 12”, sita em Arrimal, concelho de Porto de Mós; **PROCESSO N.º 36/2015 – REQUERENTE – Fernando António da Conceição**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Caetano – *Requer a declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, para regularização de uma atividade de pecuária (bovinicultura), sita em Vale Florido, freguesia de S. Bento, concelho de Porto de Mós; tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade.*** -----

-----O senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para deixar duas notas, dizendo que irão ter lugar as Comemorações do 25 de Abril, das quais também o senhor Presidente da Assembleia Municipal é o principal impulsionador, desejando que esta data coincida com a atribuição do nome de duas personalidades do concelho de Porto de Mós que se distinguiram por razões de todos conhecidas, a duas ruas da vila, e que são o Dr. Licínio Moreira da Silva e o Almirante Vítor Crespo.-----

-----Deu ainda nota da grande intervenção que está a ser feita em Mira de Aire, no chamado Bairro dos Pobres, que se pretende que mude de nome pelo estigma que consigo transporta, passando a chamar-se Bairro da Belavista.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia passou ainda a esclarecer relativamente à atribuição dos novos topónimos, que a via que agora se conhece pela designação de VDG1, passará a chamar-se Avenida Dr. Licínio Moreira da Silva e que o atualmente designado Parque Verde se passará a chamar Parque Almirante Vítor Trigueiros Crespo.-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 22.50 horas do dia 26 de fevereiro e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

